



**PARECER ÚNICO Nº 0233/2013 - PROTOCOLO SIAM Nº 1805612/2013**

<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b> Licenciamento Ambiental	<b>PA COPAM:</b> 03325/2013/001/2013	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b> Licença de Operação Corretiva		<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b> 6 (seis) anos

<b>PROCESSOS VINCULADOS CONCLUÍDOS:</b>	<b>PA COPAM:</b>	<b>SITUAÇÃO:</b>

<b>EMPREENDEDOR:</b> Líder Signature S/A (Líder Aviação)	<b>CNPJ:</b> 04.146.040/0002-88	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> Hangares 1 e 2 da Líder Aviação	<b>CNPJ:</b> 04.146.040/0002-88	
<b>NOME DO MUNICÍPIO:</b> Belo Horizonte	<b>ZONA:</b> Urbana	
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICAS (DATUM): SAD 69</b> LAT/Y		
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b> <input type="checkbox"/> INTEGRAL <input type="checkbox"/> ZONA DE AMORTECIMENTO <input type="checkbox"/> USO SUSTENTÁVEL <input checked="" type="checkbox"/> NÃO		
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio São Francisco <b>UPGRH:</b> Região da Bacia do Rio das Velhas	<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio das Velhas <b>SUB-BACIA:</b> Ribeirão Pampulha	
<b>CÓDIGO:</b> B-09-04-0	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b> Fabricação, montagem e reparação de aeronaves - Fabricação e reparação de turbinas e motores de aviação.	<b>CLASSE:</b> 3
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b> Consominas/Carolina Silva Péres	<b>REGISTRO:</b> CREA MG: 103 443/D:	
<b>Auto de Fiscalização:</b> 33746/2013	<b>DATA:</b> 12-7-2013	

<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>	<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Geraldo da Fonseca Cândido Fº – Analista Ambiental (Gestor)	1 043 791 1	
Michele Simões e Simões – Analista Ambiental	1 251 904-7	
Mariana Mendes Carvalho – Analista Jurídica	1 333.822-3	
De acordo: Anderson M. Martinez Lara– Diretor Regional de Apoio Técnico	1 147 779-1	
De acordo: Bruno Malta Pinto– Diretor de Controle Processual	1 220 033-3	



## 1. Introdução

Em 27 -2- 2012, a URC Rio das Velhas do COPAM concedeu à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária-INFRAERO, a Licença de Operação, em caráter corretivo-LOC, para o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade-ACDA, também denominado Aeroporto da Pampulha, excluindo os seus hangares, que viriam a ser licenciados separadamente, também no âmbito do COPAM, após entendimentos entre dirigentes do SISEMA e da INFRAERO com a Prefeitura de Belo Horizonte.

Em 10-5-2013, a Líder Signature S/A (Líder Aviação), solicitou ao COPAM a Licença de Operação, em caráter corretivo-LOC, para os Hangares 1 e 2, apresentando, dentre outros documentos, o Relatório de Controle Ambiental/RCA e o Plano de Controle Ambiental/PCA. Informamos que na mesma data, a empresa também solicitou uma LOC para os Hangares 13 e 14.

Dando continuação à análise do processo de licenciamento em questão, ou seja, dos Hangares 1 e 2, em 12-7-2013, a equipe técnica da Supram CM realizou vistoria à área do empreendimento, em companhia de funcionários da Líder Aviação e da empresa de consultoria ambiental, responsável pelos estudos, a Consominas Engenharia Ltda.

Os responsáveis técnicos pelos estudos apresentados (Consominas Engenharia Ltda) são os seguintes profissionais: Maurício Peres Filho (ART nº 493390), André Silva Peres (ART nº 493234) e Carolina Silva Peres (ART nº 493349).

## 2. Caracterização do Empreendimento

Os Hangares 1 e 2 da Líder Signature S/A estão localizados no Pátio Sul do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Aeroporto da Pampulha), em área total de aproximadamente 7 057,46 m<sup>2</sup> e área construída de 2 297,82 m<sup>2</sup>.

De acordo com o Relatório de Controle Ambiental/RCA apresentado pela empresa, bem como informado e observado durante a vistoria realizada em 12-7-2013, estes hangares da Líder Aviação destinam-se a realização de serviços de reparação mecânica, manutenção nos interiores das aeronaves, serviços de funilaria e limpeza em geral, além de pintura. Os serviços realizados caracterizam-se desde pequenos reparos até complexas manutenções, quais sejam: trocas de lâmpadas, de pneus, desmontagem das aeronaves, substituição de motores, reparos de pintura, dentre outras atividades.

Os Hangares 1 e 2 possuem um total de 81 (oitenta e um) funcionários, dos quais 70 são empregos diretos (administrativos e áreas operacionais) e 11 terceirizados (limpeza e segurança). O regime de operação do empreendimento, é de 1 turno de trabalho dia, de 10 horas, 5 dias na semana, durante 12 meses, esporadicamente há expediente aos sábados.

A capacidade instalada ou produção nominal dos hangares é de manutenção de 18 (dezoito) aeronaves/mês.



### 3. Caracterização Ambiental

Os efluentes líquidos não domésticos gerados nos dois hangares são em grande parte oriundos das cabines de pintura (via úmida). A água utilizada no processo, após circular no sistema, é armazenada e encaminhada para tratamento pela empresa Oxys Ambiental, que realiza o tratamento dos efluentes. Os demais efluentes líquidos industriais gerados são destinados ao sistema de tratamento de efluentes dos hangares, composto pela Caixa Separadora de Água e Óleo (CSAO). O óleo retido na caixa é recolhido por caminhões de sucção e encaminhado para tratamento por empresa especializada e regularizada.

Os efluentes domésticos são direcionados à rede pública da COPASA, posteriormente tratados na Estação de Tratamento de Efluentes – ETE Onça, desta Companhia.

O Programa de recebimento de efluentes domésticos e não domésticos destes hangares encontra-se aprovado pela COPASA, conforme Parecer apresentado no processo de licenciamento (páginas 067 a 072)

Os resíduos sólidos perigosos gerados nos dois hangares, tais como borra de limpeza de cabine de pintura, EPI's contaminados, filtros de ar e óleo, estopas e tecidos contaminados, embalagens vazias de produtos químicos, sobras de solventes e desengraxantes, são devidamente acondicionados e encaminhados para tratamento e destinação final pela Oxys Ambiental. O querosene removido das aeronaves é comercializado para fins menos nobres.

Os resíduos sólidos não perigosos, tais como resíduos orgânicos e advindos de higiene pessoal e demais resíduos não recicláveis, são encaminhados para o Abrigo Temporário da Infraero e coletados pela Superintendência de Limpeza Urbana (SLU) e destinados ao Aterro Sanitário de Macaúbas em Sabará.

A água potável utilizada no empreendimento é fornecida pela COPASA, cujo consumo médio mensal é de 1052 m<sup>3</sup> e conforme informado, os esgotos sanitários são destinados à rede coletora desta concessionária.

O RCA também apresenta por meio da Tabela 4 – “Listagem de Equipamentos” e Tabela 5 – “Listagem de Insumos” (páginas 033 a 037 do processo), uma listagem com todos os equipamentos e insumos utilizados para a operação dos Hangares 1 e 2, totalizando 260 itens, aproximadamente, tais como: macacos hidráulicos, ferramentas em geral, compressores, tintas, óleos e graxas, álcool, etc. Está prevista a instalação de um gerador de energia de 81 kVA, modelo MAQ 14W8A Silenciada, contendo 2 tanques de diesel, sendo 1 acoplado de 200 litros e 1 externo de 250 litros, da fabricante Maquigeral.

Em síntese, e conforme informado na caracterização do empreendimento, o processo operacional dos hangares, realizado por meio dos serviços de reparação de peças, manutenção de motores,



lavagem de peças, e a pintura das aeronaves é destinado aos vôos executivos da Empresa e de terceiros. É importante ressaltar, que estas atividades desenvolvidas nos Hangares 1 e 2 são responsáveis pela geração de resíduos sólidos, efluentes líquidos e atmosféricos e de ruídos.

Os insumos são armazenados, em suas embalagens originais, nos almoxarifados, cujo acesso é restrito, com informações de sinalização de segurança, apresentando sistema de ventilação, com exaustores, canaletas de drenagem, luminárias a prova de explosão e sinalizador de incêndio.

Objetivando a minimização da geração e/ou reaproveitamento de efluentes e resíduos sólidos, o RCA propõe as seguintes medidas de controle ambiental para as atividades desenvolvidas nos dois hangares:

- *Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);*
- *Programa de Controle de Efluentes Líquidos;*
- *Monitoramento Ambiental.*

De acordo com os estudos, o PGRS apresenta-se em consonância às normas da ABNT e do CONAMA. O RCA apresenta nos Quadros 1 e 2, as classificações e as características dos resíduos: Perigosos e Não Perigosos, além das suas composições gravimétricas, Tabela 6 (páginas 045 e 046 do processo, respectivamente).

Ainda de acordo com os estudos, para os resíduos sólidos recicláveis gerados pelos Hangares 1 e 2, é dada a destinação técnica adequada. Os resíduos perigosos (classe I) são recolhidos por empresa terceirizada responsável pelo tratamento e destinação final destes resíduos. O seu recolhimento é realizado quinzenalmente, podendo alternar de acordo com a demanda. Os resíduos não perigosos são encaminhados ao depósito da INFRAERO, localizado no Pátio Sul deste aeroporto, para posterior destinação com os demais resíduos gerados no empreendimento, ou seja, a coleta e destinação pela Superintendência de Limpeza Urbana da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – SLU.

O RCA apresenta cópia da conta de energia elétrica (CEMIG), da conta de água e esgoto (COPASA), do Contrato de Prestação de serviços, por meio do Programa de Recebimento e Controle de Efluentes Não domésticos – PRECEND.

Os estudos apresentam ainda, cópia do Boletim de Medição de Pressão Sonora realizado em 2013, cuja conclusão, com base dos dados levantados em campo e segundo os parâmetros estabelecidos, é que não há geração de poluição sonora significativa pelos dois Hangares, e que os níveis encontrados estão em consonância à legislação vigente.

Também são apresentados no RCA uma caracterização da área do entorno destes dois hangares, em relação à localização do empreendimento, ao relacionamento da Empresa com a comunidade vizinha, as sub bacias hidrográficas, além da infra estrutura municipal.



#### 4. Utilização e Intervenção em Recursos Hídricos

A água potável utilizada no empreendimento é fornecida pela COPASA, cujo consumo médio mensal é de 1052 m<sup>3</sup> e conforme informado, os efluentes líquidos são destinados à rede coletora desta concessionária.

#### 5. Autorização para Intervenção Ambiental (AIA)

Não se aplica.

#### 6. Reserva Legal

Não se aplica.

#### 7. Impactos Ambientais e Medidas Mitigadoras

É apresentado um Plano de Controle Ambiental – PCA, com o detalhamento das medidas de controle ambiental, para as atividades desenvolvidas e descritas nos Hangares 1 e 2.

O Plano de Controle Ambiental - PCA apresentado detalha as medidas necessárias para minimizar, mesmo que reduzidos, os impactos identificados no RCA. Dentre estes impactos destacam-se aqueles relacionados aos efluentes líquidos e atmosféricos; aos resíduos sólidos; aos procedimentos para situações de emergência na área industrial; à área de armazenamento de insumos e de produtos acabados.

Os estudos informam que está em andamento o processo de obtenção de declaração junto ao Corpo de Bombeiros, acerca da adequação dos sistemas de prevenção e combate a incêndios.

##### **Efluente líquido oleoso:**

**Medidas mitigadoras:** O empreendimento possui sistema de tratamento de efluentes industriais, por meio de Caixa Separadora de Água e Óleo (CSAO). A área de manutenção é circundada por canaletas de drenagem, que por sua vez, interligam à CSAO. O lançamento final do efluente tratado é na rede da COPASA, autorizada através do Contrato assinado em 20 de janeiro de 2010. Para o óleo coletado da CSAO e dos serviços de manutenção é destinação adequada.

##### **Efluente líquido sanitário:**

**Medidas mitigadoras:** são destinados ao sistema da COPASA. O empreendimento elaborou o PRECEND para recebimento e tratamento deste efluente pela COPASA. O contrato foi assinado em 20 de janeiro de 2010 e é documento integrante do processo de licenciamento ambiental.



### **Resíduos sólidos:**

**Medidas mitigadoras:** Os resíduos sólidos, com características comuns, incluindo os recicláveis e não recicláveis são coletados pela Superintendência de Limpeza Urbana-SLU. Foi apresentado Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), que deverá ser implantado conforme condicionante.

### **Ruído:**

**Medidas mitigadoras:** Medição de ruído para garantir o atendimento dos níveis estabelecidos na legislação e utilização de EPI's pelos funcionários e visitantes.

### **Emissões atmosféricas:**

**Medidas mitigadoras:** Um dos dois hangares realiza a atividade de pintura de peças de aeronaves, responsável pela geração de emissões atmosféricas. O local desta atividade possui como medida de controle as cabines de pintura.

## **8. Programas e/ou Projetos**

O PCA apresenta detalhadamente o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), com destaque para o inventário e diagnóstico dos resíduos; a análise crítica da situação atual; os procedimentos para o gerenciamento dos resíduos recicláveis e não recicláveis, os resíduos perigosos; as ações preventivas e corretivas para o caso de acidentes, etc.

## **9. Compensações**

O empreendimento é classificado como classe 3, "Porte Médio" e os impactos relacionados com a sua operação, constatados nos estudos e observados em vistoria técnica realizada na área, foram considerados como não significativos, considerando que a operação regular dos empreendimentos, conforme medidas de controle ambiental apresentadas, não acarretará impactos adicionais capazes de comprometer a biodiversidade da área que abrange.

Dessa maneira, a equipe da SUPRAM CM considera que este empreendimento não é passível de incidência da Compensação Ambiental.

## **10. Controle Processual**

O processo encontra-se formalizado e instruído com a documentação listada no Formulário de Orientação Básica – FOB, constando, dentre outros, Alvará/Licença de Localização e Funcionamento emitido pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Neste caso, não foi exigida a certidão expedida pela Prefeitura de Belo Horizonte, atestando a regularidade do empreendimento, sob o ponto de vista do uso e ocupação do solo, nos termos do fixado no art.10, § 1º da Resolução CONAMA 237/97, considerando, que, em um processo análogo,



no qual se discutia a obtenção de LOC para outro hangar localizado no mesmo aeroporto, fez-se juntar aos autos cópia de uma ata de reunião, realizada em 18 de novembro de 2011, com a participação de duas servidoras públicas representando a Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana de Belo Horizonte, nela constando as seguintes informações: *“No dia 18 de novembro de 2011, em reunião na sede da SMARU, as funcionárias públicas Senhora Fátima Araújo e Patrícia de Castro Petti, representantes da SMARU, estabeleceram que baseadas na legislação federal, esta Secretaria está proibida de emitir qualquer declaração referente a empresas que estiverem localizadas dentro do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade. Errata: onde se lê proibida deve ser substituído para não tem competência. Esta decisão está contida em parecer jurídico sobre a aplicação do Código Brasileiro de Aeronáutica, avaliado e acordado pela Procuradoria Municipal do Município (sic).”*

Ante a celeuma criada pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, se negando a fornecer a certidão de regularidade, baseando-se em uma interpretação, salvo melhor juízo, equivocada sobre a legislação federal, esta Superintendência decidiu admitir a apresentação do Alvará de Localização e Funcionamento, expedido pela municipalidade, visando instruir o feito.

Urge salientar, por oportuno, que o Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Aeroporto da Pampulha) encontra-se devidamente licenciado pelo COPAM e os hangares estão localizados em seu interior.

Desta maneira, entendemos que a ausência da declaração da prefeitura, para o caso em tela, não representa impedimento à deliberação sobre a concessão da LOC ao empreendimento.

Em atendimento ao Princípio da Publicidade e ao previsto na Deliberação Normativa COPAM Nº. 13/95 foi publicado pelo empreendedor em jornal de circulação local o requerimento da Licença de Operação Corretiva e pelo órgão ambiental foi publicado no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais. Os custos de análise foram quitados em sua integralidade conforme recibos acostados aos autos.

Até a data da conclusão deste Parecer Único, os custos de análise do processo de licenciamento, não haviam sido totalmente pagos. Neste contexto, caso a comprovação de pagamento dos mesmos não seja apresentada, até a hora o julgamento da licença, o processo será retirado da pauta.

Os estudos apresentados estão acompanhados das ARTs dos responsáveis, anotado junto aos respectivos órgãos de classe dos profissionais, fls. 180/081.

Por intermédio da certidão nº 0749241/2013, expedida pela Diretoria Operacional desta Superintendência em 10 de maio de 2013, não se constatou, até a referida data, neste estado de Minas Gerais, a existência de débito decorrente de aplicação de multas por infringência à legislação ambiental.

Trata-se de um empreendimento classe 3 (três), cuja análise técnica é conclusiva para concessão da Licença de Operação Corretiva, com validade de 6 (seis) anos. Diante do regular processamento do feito, não há óbice para concessão da Licença, conforme recomendações constantes deste parecer.

Em caso de descumprimento de condicionantes e/ou qualquer alteração, modificação ou ampliação realizada sem comunicação prévia ao órgão ambiental competente, estará o empreendedor sujeito à autuação.



## 11. Conclusão

Sendo o exposto, com base no Relatório de Controle Ambiental/RCA e no Plano de Controle Ambiental/PCA apresentados e, sobretudo, na vistoria técnica realizada na área dos empreendimentos, este Parecer Único, sugere a URC/Rio das Velhas, a concessão da Licença de Operação, em caráter corretivo, para os Hangares 1 e 2 da Líder Signature S/A, pelo prazo de 6 (seis) anos, para a atividade de “Fabricação, montagem e reparação de aeronaves – Fabricação e reparação de turbinas e motores de aviação”, no município de Belo Horizonte, desde que cumpridas as condicionantes apresentadas nos anexos deste Parecer.

As orientações descritas em estudos, e as recomendações técnicas e jurídicas descritas neste parecer, por meio das condicionantes listadas em Anexo, devem ser apreciadas pela Unidade Regional Colegiada do Copam Rio das Velhas.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I e II) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram CM, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Cabe esclarecer que a Supram CM, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre os estudos ambientais apresentados nesta licença, sendo a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto a eficiência destes de inteira responsabilidade da(s) empresa(s) responsável(is) e/ou seu(s) responsável(is) técnico(s).

*Ressalta-se que a Licença Ambiental em apreço não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de outras licenças legalmente exigíveis. Opina-se que a observação acima conste do certificado de licenciamento a ser emitido.*

## 12. Anexos

**Anexo I.** Condicionantes para Licença de Operação Corretiva (LOC)

**Anexo II.** Programa de Automonitoramento da Licença de Operação Corretiva (LOC)



## ANEXO I

<b>Empreendimento:</b> Hangares 1 e 2 da Líder Aviação		
<b>Atividade:</b> Fabricação, montagem e reparação de aeronaves - Fabricação e reparação de turbinas e motores de aviação.		<b>Classe:</b> 3
<b>Empreendedor:</b> Líder Signature S/A		
<b>Endereço:</b> Rua Líder nº 300, bairro São Luiz, Belo Horizonte, MG		
<b>Localização:</b> Hangares 1 e 2 do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Pampulha)		
<b>Município:</b> Belo Horizonte		
<b>Referência:</b> Licença de Operação Corretiva (LOC)		<b>Validade:</b> 6 (seis) anos
ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Apresentar relatório anual de acompanhamento das medidas de controle ambiental.	<b>A partir da concessão desta Licença</b>
2	Apresentar o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB) referente à aprovação do sistema a ser implantado de combate a incêndio.	<b>Até 15 (quinze) dias após a emissão do AVCB.</b>
3	Apresentar comprovação da implantação sistema de contenção para os tanques de diesel (combustível para o gerador), com rede para CSAO.	<b>180 dias após a emissão da licença</b>
4	Apresentar comprovação da implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS).	<b>90 dias após a emissão da licença</b>
5	Efetuar o monitoramento conforme programa definido no Anexo II, obedecendo às diretrizes estabelecidas nas Deliberações Normativas do COPAM nº 165/2011 de 11/04/2011 e 167/2011 de 29/06/2011.	<b>Durante o prazo de validade da licença</b>



## ANEXO II

<b>Empreendimento:</b> Hangares 1 e 2 da Líder Aviação	<b>Classe:</b> 3
<b>Atividade:</b> Fabricação, montagem e reparação de aeronaves - Fabricação e reparação de turbinas e motores de aviação.	
<b>Empreendedor:</b> Líder Signature S/A	
<b>Endereço:</b> Rua Líder nº 300, bairro São Luiz, Belo Horizonte, MG	
<b>Localização:</b> Hangares 1 e 2 do Aeroporto Carlos Drummond de Andrade (Pampulha)	
<b>Município:</b> Belo Horizonte	
<b>Referência:</b> Licença de Operação Corretiva (LOC)	<b>Validade:</b> 6 (seis) anos

### 1. Ruídos

Enviar, anualmente à SUPRAM CM, relatório de medições de ruído no entorno do empreendimento. As amostragens deverão verificar o atendimento aos limites estabelecidos na Resolução CONAMA nº 01 de 8 de março de 1990 e NBR 10.151.

O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas amostragens. A avaliação deverá ocorrer em período de carga máxima de produção.

A primeira medição deverá ser realizada em até 3 (três) meses após a concessão da licença.

**Nos resultados das análises realizadas a empresa deverá levar em conta os comandos contidos na DN COPAM nº 165/2011 e DN 167/2011.**

### 2. Emissões atmosféricas

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência
Cabines de pintura	Material Particulado, VOC`s	ANUAL

Relatórios de amostragem: Enviar anualmente à SUPRAM CM até 45 dias após a data de realização da amostragem, os resultados das análises efetuadas, acompanhados pelas respectivas planilhas de campo e de laboratório, bem como dos certificados de calibração do equipamento de amostragem. O relatório deverá conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas amostragens.

Para os parâmetros previstos na DN COPAM n.º 011/86, os resultados apresentados nos laudos analíticos deverão ser expressos nas mesmas unidades dos padrões de emissão.

Método de amostragem: normas ABNT, CETESB ou *Environmental Protection Agency*-EPA

**Nos resultados das análises realizadas, a empresa deverá observar os comandos contidos na DN no 165/2011 e DN 167/2011.**



### 3. Resíduos Sólidos

Deverão ser enviados a SUPRAM CM, semestralmente, relatórios contendo o compilado das planilhas mensais de controle de geração e destinação/disposição de todos os resíduos sólidos, contendo, no mínimo, os dados contidos no modelo abaixo, bem como o nome, registro profissional e assinatura do técnico responsável.

As empresas receptoras dos resíduos perigosos deverão possuir Licença de Operação do COPAM.

RESÍDUO				TRANSPORTADOR		DISPOSIÇÃO FINAL			OBS.
Denominação	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social	Endereço completo	Forma (*)	Empresa responsável		
							Razão social	Endereço completo	

(\*)1- Reutilização

6 - Co-processamento

2 – Reciclagem

7 - Aplicação no solo

3 - Aterro sanitário

8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)

4 - Aterro industrial

9 - Outras (especificar)

5 – Incineração

Em caso de alterações na forma de disposição final de resíduos, a empresa deverá comunicar previamente a SUPRAM CM, para verificação da necessidade de licenciamento específico;

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendimento. As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização e deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.